



RESULTADO DAS INSCRIÇÕES

EDITAL N. **09/2022**

PROCESSO ADMINISTRATIVO / PROTOCOLO N. **49/2022**, registrado em 03/03/2022,
fls. 30v, lv. 02.

Objeto: XIII CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - XIII CONIC DA FACULDADE
DIREITO DE FRANCA- FDF - ANO LETIVO DE 2022

A Faculdade de Direito de Franca, Autarquia Pública de Ensino Superior, por meio de seu Diretor, Prof. Dr. José Sérgio Saraiva, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado das inscrições deferidas:

Matrícula	Inscrito	Temas
23191	Luan Berci	PERSPECTIVAS POLÍTICAS E SOCIAIS DA PESSOA TRANS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020
22633	Isabela Tazinaffo Gaona	Legítima defesa da honra em crimes contra a mulher no Brasil
22984	Ana Carolina Souza De Alcântara	AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: controle judicial e limites de atuação
22518	Ana Laura de Oliveira Rizzatti	A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA AOS RELACIONAMENTOS VIRTUAIS
23268	Maria Eduarda Oliveira de Melo	Mulheres Vítimas de Violência Invisíveis no Judiciário como Violação dos Direitos Humanos
23216	Ana Luiza Limeira Silva	Saúde da mulher: análise histórica, políticas públicas e lacunas ainda existentes
23068	Maria Clara Oliveira Rosa	A INICIATIVA POPULAR COMO MECANISMO DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS
23313	Maysa Esper Kallas Gonçalves	VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: a necessidade de uma perspectiva jurídica para proteção dos Direitos das mulheres e criminalização da prática.
23237	Daniel Alexandre Pinto	Papel do judiciário na efetivação do direito à educação de crianças, jovens e adultos no Brasil.
23115	Laura Cruvinel Nokata	A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: atenção primária à saúde e a luta incessante pela efetividade dos direitos previstos em lei.
22216	Guilherme Lombardi	UMA ANÁLISE DOS RISCOS E VIOLAÇÕES DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ERA DIGITAL
23153	Rafael Henrique Celestino	Obstáculos à ressocialização do detento no sistema carcerário brasileiro: uma análise sobre o descumprimento da assistência à saúde na Penitenciária de Franca
22706	Leticia Maria Adani Sanches	A (IN)EFICÁCIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO EM MEIO À PANDEMIA: Crescimento da desigualdade social.
23098	Isabella Silva Conte	Violência contra a mulher: políticas públicas e a pandemia.



22900	Giovanna de Vasconcelos Ferreira	TÉCNICAS DE CONCEPÇÃO ASSISTIDA E ANÁLISE CIVIL E CONSTITUCIONAL DO DESCARTE DE EMBRIÕES SOBRESANTES
21695	Júlia Gazoti de Oliveira	JUSTIÇA RESTAURATIVA NO ÂMBITO DA DELIQUÊNCIA JUVENIL
22322	Lucas Alexandre Guioto	A REFORMA AGRÁRIA COMO CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE RURAL NO BRASIL
22691	Maria Julia de Castro e Sousa	A APLICABILIDADE DO COMPLIANCE PARA COMBATER O ASSÉDIO MORAL E SEXUAL DE MULHERES NO AMBIENTE DE TRABALHO
22277	Beatriz Rossato Pedigone	UMA ANÁLISE ACERCA DA CPI DO COVID E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA SANITÁRIO BRASILEIRO
22695	Vanessa Silva Souza	PANDEMIA DA COVID – 19: um exame constitucional do direito de locomoção versus direito à vida e os reflexos da determinação do fechamento dos comércios
22847	Caroline Silva Martins	EFETIVAÇÃO DO DIREITO DAS MULHERES AO ACESSO À JUSTIÇA: uma análise crítica do uso da tese da legítima defesa da honra nos tribunais
22635	Sofia Covas Russi	CORPO ENCARCERADO, MENTE CONDENADA: Análise da saúde psíquica para a demonstração do ilusório alcance ao direito à saúde pública no cárcere
22752	Maria Carolina Miranda Morais	uma discussão sobre a (i)legalidade do estado no combate às drogas: aumento da violência e do encarceramento sem a efetiva diminuição do consumo
22921	Isabeli Cintra Couto	APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE COMPLIANCE NAS EMPRESAS BRASILEIRAS À LUZ DO MARCO CIVIL DA INTERNET E DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
22618	Tiago Farah Koussa	O ATIVISMO JUDICIAL E O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES: uma análise das consequências da prestação da atividade jurisdicional
23201	Júlia Fortunato da Silva Gusson	O ATIVISMO JUDICIAL COMO MEIO DE GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DE GRUPOS MINORITÁRIOS
23124	Ana Laura Cardoso Jacobassi	A atuação judicial decorrente da inércia legislativa acerca da garantia de direitos fundamentais
22914	Juliana Simões Colete	A INADMISSIBILIDADE DE PROVAS ILÍCITAS E ILÍCITAS POR DERIVAÇÃO NO PROCESSO PENAL E A TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA.
22495	Marcela Marques Cilentio	A APLICABILIDADE DOS PRECEDENTES DO COMMON LAW NO BRASIL CONTEMPORÂNEO
22589	Henrique Rossi Silva Batista	O Marco Legal das Startups: uma análise da Lei Complementar 182/2021
22978	Ana Júlia Sertorio Caroprezo	A RESPONSABILIDADE CIVIL E O ERRO MÉDICO NA CIRURGIA PLÁSTICA ESTÉTICA: o papel do Direito na prática do culto ao corpo
22147	Ana Beatriz Imori dos Santos	O constitucionalismo ecológico e a teoria da justiça ambiental como mecanismos para a efetivação dos direitos humanos



22725	Alissa Serra Buzinaro	IREITO DO IDOSO E PANDEMIA: as consequências do ageísmo e do abandono afetivo inverso
22437	Laís Pimenta Beloti Costa	A violência obstétrica como forma de violação aos direitos fundamentais
22234	Gabriel Perente Otavio	Tráfico de Pessoas e vulnerabilidade do público LGBTQI+
22877	Victor Hugo Gimenez Gonçalves	AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DO CONTRATO DE FORNECIMENTO NA CADEIA PRODUTIVA DA CANA-DE-AÇUCAR
22686	Dionísio Guedes de Castro	DO IMAGINÁRIO À EXPLORAÇÃO: A relação do boto-cor-de-rosa com a exploração sexual de crianças ribeirinhas
21688	Karoline Andrade Silva	RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS AMBIENTAIS NO DIREITO BRASILEIRO E COMPARADO: Uma análise teórica sobre os mecanismos de reparação
22763	Lara Porfírio Gosuen	OS JOVENS NA LADEIRA DO TRÁFICO: O DIREITO À EDUCAÇÃO EM MEIO A VIVÊNCIA NO TRÁFICO DE DROGAS.
22466	Ana Júlia Coelho Ferraro	ASSÉDIO MORAL E O PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR: a fiscalização através da revista
22250	Igor Martinez Silva	PATENTES FARMACÊUTICAS: o paradoxo entre o Direito de Propriedade Intelectual e o Direito à Saúde
22853	Karina Pereira Prioli	Encarceramento feminino em perspectiva: A resistência do Estado na aplicação das Regras de Bangkok
22909	Karol Heliza Marçal	A EFETIVIDADE DO DIREITO CONSTITUCIONAL DE ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DOS MÉTODOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS
23227	Luísa de Souza Almeida	Lei de Alienação Parental: debates em torno da efetiva proteção dos interesses da criança e do adolescente
22346	Mariana Giaqueto Jacinto	O ACESSO À JUSTIÇA POR GRUPOS VULNERÁVEIS EM MEIO À EXPANSÃO DO ATENDIMENTO VIA TECNOLOGIA
Unesp	Theodoro Antonio de Arruda Mazzotti Busulin	Análise do julgamento da ADI 6.341 frente às competências constitucionais dos entes federativos acerca de saúde pública
22729	Gabriel Menezes Horiquni	AS JANELAS QUEBRADAS DO PUNITIVISMO BRASILEIRO
22795	Isabella Lataro de Andrade	Os princípios da imparcialidade e da presunção da inocência no Tribunal do Júri frente a influência da mídia
22537	Bruna Novaes Andrade e Silva	A impunidade dos crimes da Ditadura Militar e os reflexos nos dias atuais
22332	Isabella Munique Santos	A presunção de inocência e a agressão ao devido processo legal frente às modificações do Pacote Anticrime
23380	Mônica Bisinoto de Almeida	O crime organizado e as políticas de enfrentamento: desafios e consequências
22240	Guilherme de Aquino Ita Nunes	A Desvalorização Jurídica da Arte: O descaso da Justiça Brasileira com Crimes Contra o Patrimônio Cultural
23120	Giovanna Mattos de Oliveira	Ineficácia da proteção jurídica contra a exposição não consentida de pornografia feminina na internet



22837	Julia Garcia da Fonseca Mauri	A NECESSIDADE DO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS NAS ESCOLAS: Uma busca pela retomada dos valores morais
-------	-------------------------------	--

Ainda, restam indeferidas as inscrições:

Matrícula	Título do trabalho	Motivo
22984	AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: controle judicial e limites de atuação	DUPLICIDADE
23216	Saúde da mulher: evolução, políticas públicas e lacunas ainda existentes	DUPLICIDADE
Unesp	O Federalismo Brasileiro e a Constitucionalidade da Medida Provisória 926/2020	Itens: 3.4; 3.5 e 7,3 do edital
23124	A atuação judicial decorrente da inércia legislativa acerca da garantia de direitos fundamentais	DUPLICIDADE
23550	Ausência de legislação que tutele os direitos da classe LGBTQIA +	Itens: 3.4; 3.5 e 7,3 do edital
22147	O constitucionalismo ecológico e a teoria da justiça ambiental como mecanismos de efetivação dos direitos humanos	DUPLICIDADE

Conforme cronograma do presente certame, posteriormente, serão divulgadas as datas de realização das bancas.

Franca/SP, 18 de março de 2022.

P.R.I.C


Prof. Dr. José Sérgio Saraiva

Diretor da FDF